

COSTA, ALFREDO RIBEIRO DA

*militar; comte 1ª RM 1923-1924; min. STM 1926-1938.

Alfredo Ribeiro de Costa nasceu em Salvador no dia 30 de abril de 1867, filho de Inácio Loiola da Costa.

Sentou praça em março de 1883, ingressando mais tarde na Escola Militar, no Rio de Janeiro, então capital do Império. Em abril de 1889 foi promovido a alferes-aluno e, nessa condição, participou das operações realizadas pela 2ª Brigada, sediada no bairro de São Cristóvão, no Rio, durante a proclamação da República (15/11/1889). Em janeiro do ano seguinte foi promovido a alferes e, dias depois, a tenente.

A partir de setembro de 1893, servindo no 1º Regimento de Cavalaria, sediado no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, tomou parte na repressão à Revolta da Armada, levante de oposição ao presidente Floriano Peixoto que envolveu a esquadra fundeada na baía de Guanabara e se estendeu até março do ano seguinte. Em 9 de março de 1894, dias antes do término da revolta, foi promovido a capitão.

Em julho de 1895, foi nomeado instrutor de cavalaria na Escola Militar. Exerceu a função até maio de 1897 e, entre fins de 1898 e janeiro do ano seguinte, comandou o Esquadrão do Corpo de Transportes. Um ano depois, foi designado secretário do inspetor dos corpos do 5º Distrito Militar e encarregado da inspeção do 13º Regimento de Cavalaria. De novembro de 1902 a janeiro de 1904 comandou da 4ª Companhia de Alunos do Colégio Militar, e entre abril e agosto desse último ano foi ajudante de ordens do ministro da Guerra, general de brigada Francisco de Paula Argolo. Sua missão seguinte foi o comando do Regimento de Cavalaria da Brigada Policial do Distrito Federal (atual Regimento Caetano de Farias, da Polícia Militar do Rio de Janeiro). Em agosto de 1908 recebeu a patente de major e em setembro do ano seguinte deixou o comando que exercia.

Em dezembro de 1909, assumiu a chefia do estado-maior da 8ª Divisão, onde ficou durante um ano. Promovido a tenente-coronel por merecimento em maio de 1911, de julho a setembro desse ano exerceu sucessivamente os comandos do 8º Regimento e da 2ª Brigada de Cavalaria, permanecendo cerca de um mês em cada posto. De janeiro do ano seguinte a abril de 1914 comandou o 13º Regimento de Cavalaria, sendo promovido a coronel por merecimento dias antes de deixar esse posto. Três meses depois, tomou-se comandante do

1º Regimento de Cavalaria. Durante o mês de março de 1916 comandou interinamente a 4ª Brigada de Cavalaria, e no ano seguinte assumiu o comando do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Promovido a general de brigada em setembro de 1920, comandou, a partir de março de 1921, a 6ª Brigada de Infantaria e, a partir de outubro desse ano, a 1ª Brigada de Infantaria. Em janeiro de 1922, foi designado comandante interino da 1ª Região Militar, com sede no Rio de Janeiro, e um ano depois, promovido a general de divisão, acumulou o exercício desse cargo em caráter efetivo com a chefia da 1ª Divisão de Infantaria, onde permaneceu até outubro de 1924.

NO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Nomeado para o Supremo — hoje Superior — Tribunal Militar (STM) em substituição ao ministro Luís de Medeiros em julho de 1925, Alfredo Ribeiro da Costa permaneceu na condição de juiz interino até setembro do mesmo ano. Em abril de 1926, foi novamente chamado a servir no STM, sendo nomeado em novembro ministro efetivo. Sua posse ocorreu no dia 11 desse mês.

Em maio de 1929, foi transferido para a reserva, mas nem esse fato nem a vitória da Revolução de 1930 afetaram sua permanência no STM. Em 13 de setembro de 1937 atuou na sessão em que essa corte julgou as apelações dos condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN), acusados de ter participado do levante patrocinado pela Aliança Nacional libertadora (ANL) em novembro de 1935. Segundo o historiador Hélio Silva, o general Ribeiro da Costa votou pela absolvição de Pedro Ernesto Batista, ex-prefeito do Distrito Federal, e do tenente José Leite Brasil, alegando, no primeiro caso, inexistência de provas e, no segundo, o “procedimento digno” sempre adotado por esse oficial. Endossou a condenação de Harry Berger, comunista alemão que ajudara na preparação do levante, e do ex-secretário-geral da ANL, Roberto Sisson. Nesse último caso, discordou da promotoria quanto a considerar que a condição de oficial da reserva pudesse representar um agravante contra o réu. No mesmo julgamento, classificou o líder comunista Luís Carlos Prestes de “um homem de valor” que prestara serviços à pátria durante sua longa marcha pelo interior do Brasil à frente da coluna que levou seu nome. Por esse motivo, também não reconheceu como agravante sua condição de ex-oficial do Exército.

Ribeiro da Costa foi aposentado compulsoriamente do STM em 19 de fevereiro de 1938 por ter atingido o limite de idade permitido pela Constituição. Em julho seguinte, foi reformado do Exército. Durante sua carreira militar, cursou também a Escola de Estado-Maior do Exército.

Faleceu no Rio de Janeiro em 12 de dezembro de 1944.

Casado com Antônia Moutinho da Costa, teve dois filhos que também se destacaram como juízes: Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa, ministro do Supremo Tribunal Federal entre 1946 e 1967, e Orlando Moutinho Ribeiro da Costa, ministro do STM entre 1963 e 1967.

Sônia Dias

FONTES: ARQ. MIN. EXERC.; CORRESP. SUP. TRIB. MILITAR; *Grande encic. Delta*; LAGO, L. *Conselheiros*; LAGO, L. *Generais*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; SILVA, H. 1937.